

MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA

PANORAMA REGIONAL

“Não temos medo de ser mortos, feridos, presos ou torturados. O medo já não existe. As pessoas querem viver em dignidade. Por isso, não vamos parar.”

Ahmed Harara, que trabalhava como médico dentista, foi ferido num olho com projéteis de caçadeira durante o protesto no Egito a 28 de janeiro de 2011, e depois no outro olho a 19 de novembro de 2011, causando-lhe cegueira.

Para todos os povos e países do Médio Oriente e do Norte de África, 2011 foi um ano verdadeiramente importante. Foi um ano de tumultos e revoltas populares sem precedentes, um ano em que as pressões acumuladas, exigências e protestos de uma nova geração varreram uma sucessão de governantes veteranos que, quase até ao momento em que caíram, pareciam praticamente inabaláveis. Outros, no final do ano, ainda se agarravam ao poder mas só da maneira mais impiedosa, com o seu futuro na balança. A região no seu todo ainda estava então a sentir os abalos e réplicas do terramoto político e social que explodiu nos primeiros meses do ano. Embora a incerteza fosse grande, os acontecimentos de 2011 pareciam vir a ser tão importantes para os povos da região como a queda do Muro de Berlim e o colapso do império soviético foram para os povos da Europa e Ásia Central.

Por todo o Médio Oriente e Norte de África, 2011 ficou marcado por enormes exigências de mudança: por maior liberdade para pensar, para falar e para agir sem o medo sufocante da repressão estatal; pela transparência e responsabilização dos governos e pelo fim da corrupção generalizada ao mais alto nível; por mais emprego e oportunidades de trabalhos justas e meios de procurar uma vida melhor; pela justiça e pelos direitos humanos, incluindo o direito a viver e criar uma família com dignidade e segurança. Foi para defender estas exigências que centenas de milhares de pessoas, com as mulheres na vanguarda, encheram as ruas de Tunes, do Cairo, Benghazi, Sana'a e muitas outras cidades e vilas por toda a região para exigir mudança. Continuaram a fazê-lo apesar da carnificina causada pelas forças de segurança do governo. Fizeram-no com determinação, firmeza e coragem pura, e ao fazê-lo libertaram-se do medo que os governos semearam durante tanto tempo para os manter dóceis e no seu lugar. Pelo menos durante algum tempo, a ideia do poder popular tomou conta da região e abalou-a profundamente.

Inicialmente, os protestos visavam principalmente manifestar frustração pelo fracasso dos líderes em cumprir as necessidades e aspirações do povo. Esses líderes responderam da forma esperada, mandando a polícia antimotim e os serviços de segurança esmagar os protestos pela força. A única coisa que conseguiram foi deitar lenha na fogueira e inflamar ainda mais a indignação pública e a contestação. À medida que manifestantes eram mortos a sangue-

frio, presos em massa, torturados e sujeitos a abusos, a vontade popular ficou ainda mais firme. Não intimidados pelo derramamento de sangue, mais e mais pessoas juntaram-se nas ruas para exigir a substituição ou queda dos líderes que passaram a ser alvo de descrédito e desprezo por tentarem consolidar dinastias familiares para manter o poder. A rápida queda do presidente tunisino Zine El 'Abidine Ben 'Ali e, a seguir, do presidente egípcio Hosni Mubarak teve repercussões por toda a região, enviando uma mensagem de esperança aos defensores da mudança e da reforma em outros países. Durante algum tempo, parecia que um novo tipo de efeito dominó estava a tomar forma, capaz de varrer outros líderes repressivos e autoritários do poder. No espaço de poucos meses, os 42 anos de poder abusivo do coronel Mu'ammar al-Gaddafi na Líbia conheceram um final abrupto e sangrento e, tanto no Líbano como na Síria, os regimes há muito no poder combatiam na defensiva – literalmente – pela sua sobrevivência face à continuação dos protestos de massas para a sua saída. No Bahrein, o governo usou a força e a repressão excessivas para travar os protestos, mas acabou o ano a prometer reformas políticas e em matéria de direitos humanos. Em outros países, como a Argélia, Jordânia e Marrocos, os regimes estavam urgentemente a prometer ao povo reformas e maior voz na governação. Na Arábia Saudita, rica em petróleo e gás, e em outros países do Golfo os governantes usaram as suas reservas financeiras para tentar resolver problemas sociais e tentar manter o seu povo satisfeito.

As revoltas

O ano de 2011 começou com a Tunísia em ebulição. Durante algum tempo, o presidente Ben 'Ali tentou esmagar os protestos da mesma forma que tinha feito com os protestos anteriores na região de Gafsa, em 2008, através do uso da força bruta. Em poucas semanas, cerca de 300 tunisinos tiveram mortes violentas, mas desta vez o presidente não conseguiu acabar com a determinação dos manifestantes. A 14 de janeiro, Ben 'Ali perdeu a coragem. Juntamente com outros membros do seu clã, embarcou num avião e fugiu para refúgio seguro na Arábia Saudita. Foi um momento determinante, em que tanto os governos como os povos da região perceberam que aquilo que até então tinha parecido quase impensável – a fuga de um ditador autocrático no poder há mais de 20 anos – tinha acabado de acontecer. Para os outros governos repressivos da região, a queda abrupta de Ben 'Ali fez soar o sinal de alarme. Para as massas que assistiram a tudo através da Al Jazeera e outras estações de televisão por satélite, a revolta tunisina inspirou uma nova esperança e a sensação de que também elas podiam conseguir aquilo que o povo tunisino tinha conseguido.

No espaço de duas semanas, o que se passara na Tunísia estava a ser repetido numa escala ainda maior no Egito. A Praça Tahrir do Cairo tornara-se o epicentro e um campo de batalha central da exigência de mudança dos egípcios. Usando a internet, as redes sociais e os telemóveis para ajudar a organizar e coordenar as suas atividades, no espaço de 18 dias os manifestantes levaram a cabo a "Revolução de 25 de Janeiro" e provocaram a queda do presidente Mubarak após 30 anos de poder ininterrupto. Fizeram-no apesar da sangrenta repressão das forças de segurança e dos criminosos

contratados pelo governo. Pelo menos 840 pessoas foram mortas e mais de 6 mil ficaram feridas, com milhares de outras presas, espancadas ou torturadas. A 11 de fevereiro, Hosni Mubarak anunciou a demissão e foi substituído pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA). Mubarak retirou-se para a sua mansão na estância de Sharm el-Sheikh, no Mar Vermelho, onde foi notificado para ir a julgamento no Cairo, em agosto, por corrupção e por ter ordenado a morte dos manifestantes.

A queda de Mubarak, que aconteceu perante os holofotes da comunicação social de todo o mundo, teve o efeito de despoletar protestos em massa noutras cidades e localidades por toda a região. No Bahrein, desde fevereiro, manifestantes pertencentes em grande parte à maioria xiita do país realizaram manifestações pacíficas e montaram um acampamento de protesto na Rotunda da Pérola em Manama, a capital, para exigir maior voz no governo do país e o fim da marginalização a que eram alegadamente votados pela família Al Khalifa no poder. Os manifestantes foram dispersados com recurso a força excessiva dias depois, e mais tarde com ainda maior brutalidade quando retomaram os protestos em março. No Irão, os líderes dos protestos de massas esmagados pelo governo em 2009 apelaram à realização de novas manifestações, e como resposta foram colocados sob prisão domiciliária.

Na Argélia, o governo mobilizou as forças de segurança em grande número para travar manifestações, mas também tentou reduzir a tensão levantando o estado de emergência em vigor há 19 anos. O sultão Qaboos bin Said de Omã prometeu criar milhares de novos empregos e melhorou os subsídios dos desempregados, e ordenou a libertação de manifestantes detidos. Na Arábia Saudita, o governo pagou mais de 100 mil milhões de dólares aos cidadãos, ao mesmo tempo que avisava que todas as manifestações públicas estavam proibidas. As forças de segurança foram mobilizadas para travar aqueles que tentassem participar no planeado "Dia de Raiva" em Riade.

No Iémen, os protestos tinham começado em janeiro, despoletados pela proposta de emenda constitucional que permitiria ao presidente 'Ali Abdullah Saleh permanecer no poder a título vitalício e depois transferir o poder para o filho. Os protestos continuaram durante o ano, encorajados pelos acontecimentos no Egito e noutros países, enquanto as forças do presidente Saleh disparavam indiscriminadamente contra multidões de manifestantes e ele manobrava para tentar manter o seu longo monopólio do poder. No final do ano, a posição do presidente iemenita estava bastante enfraquecida. No entanto, continuou a agarrar-se ao poder quando o Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) lhe ofereceu imunidade, apesar dos homicídios e outras violações flagrantes dos direitos humanos cometidas pelas suas forças. O facto de lhe ser oferecida imunidade, e a outros responsáveis, constituía uma afronta à justiça e uma traição ultrajante às vítimas do seu regime.

Na Líbia, geograficamente situada entre a Tunísia e o Egito, os acontecimentos destes países trouxeram nova esperança a uma população que, após 42 anos de poder de Mu'ammar al-Gaddafi, estava privada de liberdade de expressão,

partidos políticos independentes, sindicatos ou organizações da sociedade civil. Mu'ammar al-Gaddafi tinha conseguido manter o poder durante tanto tempo jogando parte da população contra a outra, favorecendo aqueles que considerava leais e reprimindo impiedosamente aqueles que manifestavam opiniões dissidentes. Antigo pária internacional pelo seu alegado apoio ao terrorismo, nos anos recentes tinha gozado de uma frutífera reaproximação às democracias ocidentais devido ao desenvolvimento da indústria petrolífera líbia, e o país assumira uma nova importância como local de trânsito para refugiados africanos ou migrantes que tentavam entrar na Europa. Mu'ammar al-Gaddafi pareceu confiante e no controlo enquanto, primeiro, Ben 'Ali e, depois, Hosni Mubarak caíram, mas em fevereiro manifestações antigovernamentais eclodiram numa revolta popular também na Líbia. Esta transformou-se rapidamente num conflito armado internacional com o envolvimento da NATO e culminou, a 20 de outubro, na captura e morte violenta de al-Gaddafi quando tentava fugir do seu bastião na cidade de Sirte. Um Conselho Nacional de Transição assumiu então o poder, mas no final do ano ainda não tinha estabelecido a sua autoridade e a Líbia estava inundada de armas e milícias armadas que levavam a cabo ataques de represália contra alegados lealistas de al-Gaddafi, representando uma ameaça constante à segurança pública.

Na Síria, onde o regime liderado pela família al-Assad estava no poder desde 1970, os primeiros sinais de protesto em fevereiro foram discretos e hesitantes. Contudo, quando as forças de segurança detiveram e alegadamente abusaram de crianças que tinham escrito palavras de ordem antigovernamentais na cidade de Dera'a, no sul, despoletaram protestos em massa que se espalharam rapidamente de cidade em cidade. Apanhado desprevenido, o governo fechou o país à comunicação social estrangeira e a observadores independentes. Lançou uma campanha repressiva feroz contra manifestantes desarmados, utilizando atiradores furtivos nos telhados, disparando sobre multidões e enviando tanques para cidades e vilas, ao mesmo tempo que alegava que as mortes eram obra de obscuros grupos armados antigovernamentais. Até ao final do ano, segundo a ONU, cerca de 5 mil pessoas, na maioria civis, tinham sido mortas e milhares de outras tinham sido feridas, detidas ou ambos. Em algumas zonas do país, uma incipiente guerra civil parecia estar em curso entre as forças do regime e militares que desertaram para se juntarem aos protestos.

O governo sírio tentou esconder tanto a extensão dos protestos como a violência da sua resposta, mas foi travado pela coragem e determinação de ativistas locais e testemunhas que registaram a carnificina nas câmaras dos seus telemóveis e colocaram centenas de vídeos na internet. Alguns mostravam os corpos de pessoas torturadas até à morte sob detenção e, em alguns casos, mutilados. Entre eles havia crianças.

A resposta internacional

Inicialmente, os EUA e outros governos ocidentais que eram aliados principais de longa data dos líderes autocráticos da Tunísia e do Egito não entenderam o

significado dos protestos e foram lentos a reagir. No entanto, em breve tomaram medidas no sentido de reformular as políticas, reconhecendo finalmente a natureza abusiva dos regimes em risco. Quando a Líbia mergulhou num conflito armado, intervieram de forma decisiva contra o coronel al-Gaddafi, com o apoio dos principais países do Golfo, sob a égide de um mandado do Conselho de Segurança da ONU para proteger os civis, abrindo caminho à campanha aérea da NATO que desequilibrou a contenda em desfavor do líder líbio.

No Bahrein, onde a Quinta Esquadra da Armada dos EUA tem a sua base, e principalmente na Síria e no Líbano, os manifestantes também precisaram desesperadamente de proteção contra as políticas assassinas dos seus governos. No entanto, notavelmente a comunidade internacional estava menos inclinada a oferecer-lhes apoio. Embora o Conselho de Segurança tivesse apresentado queixa de Mu'ammār al-Gaddafi no Tribunal Penal Internacional, não fez o mesmo com o presidente sírio Bashar al-Assad, apesar das provas gritantes de que as suas forças estavam a cometer crimes contra a humanidade.

A Federação Russa, a China e os governos de potências emergentes como o Brasil, a Índia e a África do Sul usaram a sua influência no Conselho de Segurança para travar medidas eficazes contra a Síria, mesmo quando o responsável da ONU pelos direitos humanos denunciou os crimes cometidos pelo regime de al-Assad. A Arábia Saudita também denunciou os crimes do governo sírio, enquanto negava ao seu próprio povo o direito a manifestar-se, e após enviar tropas para o Bahrein apenas umas horas antes de as autoridades locais terem lançado uma sangrenta repressão em março. No geral, tratou-se de uma história já conhecida e deprimente, em que os governos de todos os quadrantes políticos continuaram a agir de forma seletiva e, independentemente da sua retórica, a subordinar os direitos humanos aos seus interesses.

Conflito e intolerância para com os dissidentes

As revoltas que dominaram as manchetes durante o ano de 2011 ensombraram outros problemas antigos que mantiveram o seu potencial desastroso em matéria de direitos humanos no Médio Oriente e Norte de África, e mais além.

Israel manteve o seu bloqueio a Gaza, prolongando a crise humanitária no território, e continuou agressivamente expandir colonatos no território da Cisjordânia palestina que ocupa desde 1967. As duas principais organizações políticas palestinas, a Fatah e o Hamas, apesar do acordo de reconciliação assinado em maio, continuaram divididas e atacaram os apoiantes uma da outra, enquanto as forças israelitas e os grupos armados palestinos levavam a cabo ataques em Gaza numa estratégia de "olho por olho, dente por dente". Uma história triste e demasiado familiar, que continuou a semear um pesado preço na vida de tantas pessoas.

O governo iraniano ficou cada vez mais isolado internacionalmente e não tolerou qualquer dissidência no seu território. Defensores dos direitos humanos, ativistas dos direitos das mulheres e das minorias estavam entre aqueles que foram perseguidos, e a pena de morte foi amplamente usada, ostensivamente para punir criminosos, mas também para intimidar a população. Globalmente, apenas a China executou mais pessoas.

Em outros pontos da região, não era claro qual seria o impacto da retirada de todas as forças militares norte-americanas do Iraque após oito anos de conflito. A questão da autodeterminação do povo do Saara Ocidental continuava a ser uma ferida aberta, envenenando as relações entre os governos do Magrebe.

Outros padrões de violações dos direitos humanos continuaram a existir, e não só foram fulcrais na origem das revoltas populares e dos protestos, como se agravaram pela resposta dos governos. Detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e outras formas de maus-tratos, julgamentos injustos e homicídios por parte das forças governamentais continuaram a ser comuns e generalizados em toda a região. Quase sem exceção, aqueles que estavam no poder permitiram que as suas forças matassem e torturassem com impunidade. No Egito, o CSFA cedeu à pressão popular e desmantelou o serviço de Investigações de Segurança do Estado, que tinha sido notório pela tortura durante o regime de Hosni Mubarak. A tortura, porém, não acabou. O exército simplesmente assumiu a função, chegando ao ponto de sujeitar algumas mulheres manifestantes a "testes de virgindade" forçados, ao mesmo tempo que detinha e enviava milhares de civis a julgamento perante tribunais militares injustos. No entanto, milhares de egípcios permaneceram firmes perante a repressão das novas autoridades e continuaram a exigir mudanças políticas, sociais e em matéria de direitos humanos.

Discriminação

A discriminação por motivos de género, etnia, religião, origem nacional e outros fatores, como a orientação sexual, continuou. Em larga medida, a sensação de injustiça causada por esta situação refletiu-se na onda de protestos, como quando beduínos apátridas se juntaram no Kowait para exigirem ser reconhecidos como cidadãos. Ao mesmo tempo, a agitação também agravou as divisões. Na Líbia, tanto os cidadãos nacionais como estrangeiros foram atacados por milícias por causa da sua cor de pele. Houve um receio crescente por parte das diferentes religiões e comunidade sírias de que o país mergulhasse numa guerra civil com tanta amargura e ódio como a que devastou o Líbano entre 1975 e 1990 – uma guerra cujo legado de desaparecimentos forçados e desconfiança continua por enfrentar. No Egito, a discriminação contra os coptas continuava a ser comum. No Irão, as minorias étnicas e religiosas continuavam a enfrentar a discriminação na lei e, no caso da minoria Baha'i, na perseguição.

Migrantes, muitos dos quais originários da África Subsaariana, estiveram entre as principais vítimas do conflito na Líbia. Milhares foram deslocados à força

pelos combates. Muitos fugiram para o Egito ou para a Tunísia, mas outros ficaram encurralados durante semanas ou meses na Líbia, sujeitos a ataques racistas e frequentemente acusados de serem "mercenários" africanos recrutados pelo coronel al-Gaddafi. Alguns dos que alcançaram o Egito e a Tunísia, muitos deles eritreus e somalis, não puderam regressar aos países de origem por medo de perseguição, e no final de 2011 estavam confinados a campos desoladores no deserto, aguardando realojamento em países europeus ou outros onde estivessem em segurança. Outros ainda perderam a vida a tentar atravessar o mar para chegar a Itália.

Por toda a região, os trabalhadores migrantes de países pobres e em desenvolvimento foram alvo de abusos e explorados, embora, como em alguns países do Golfo, fossem a força motriz da economia. Estes não tinham proteção adequada, se é que tinham alguma, ao abrigo das leis laborais locais. As mulheres que trabalhavam como empregadas domésticas eram as que mais sofriam: demasiadas vezes eram vítimas de discriminação múltipla como mulheres, como migrantes e como estrangeiras cujos próprios governos raramente ou nunca se interessavam pelo seu sofrimento.

Preocupações económicas – habitação e meios de subsistência

No final de 2011 ainda era muito cedo para avaliar o impacto, e muito menos as melhorias, trazidas pela "Revolução de 25 de Janeiro" aos milhões de pobres e marginalizados residentes dos gigantescos estabelecimentos informais do país. Muitos viviam em zonas oficialmente designadas como "inseguras" devido a formações rochosas instáveis e outros perigos, sem acesso a serviços básicos (água potável, saneamento eficaz, eletricidade), e corriam risco de serem desalojados à força das suas casas sem qualquer notificação ou consulta adequada. Durante o ano, foram levados a cabo mais desalojamentos forçados em Manshiyet Nasser, o grande estabelecimento informal semelhante a um bairro degradado, nos arredores do Cairo - onde tinham morrido mais de 100 pessoas em 2008 na sequência de uma derrocada - ao abrigo da autoridade do CSFA, perpetuando a orientação política seguida por Hosni Mubarak e deixando mais famílias sem-abrigo.

Em Israel, as autoridades também continuaram a expulsar pessoas das suas casas – tanto palestinianos residentes na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, como árabes israelitas residentes em "aldeias não reconhecidas"- no Negev e em outros locais – enquanto prosseguiam a sua orientação política de demolição de casas e outros edifícios erguidos sem as autorizações oficiais que elas próprias recusavam emitir. Em contraste, milhares de israelitas judeus residentes em colonatos erguidos ilegalmente em terras palestinianas ocupadas receberam todos os incentivos para expandir, desenvolver e consolidar ainda mais os colonatos, embora os mesmos sejam proibidos pela lei internacional. Entretanto, o bloqueio israelita à Faixa de Gaza continuou a sufocar a economia local e a prolongar uma crise humanitária deliberada, cujo impacto mais pesado é sobre aqueles que são mais vulneráveis: crianças, idosos, pessoas que precisam de tratamento médico especializado não existente em Gaza. O bloqueio constituía nada menos que uma punição

coletiva do 1 milhão e 600 mil habitantes de Gaza e violava a lei internacional.

Quando Mohamed Bouazizi, de 24 anos, se imolou pelo fogo a 17 de dezembro de 2010 na cidade tunisina de Sidi Bouzid, poucos podiam imaginar a tempestade regional de protestos e mudança que o seu trágico e fatal ato iria desencadear. Um ano depois, a explosão de euforia praticamente desapareceu. As conquistas iniciais das revoltas populares ainda não estavam consolidadas e as lutas pela mudança na Síria, Iémen, Bahrein, Líbia e outros países continuavam a cobrar um pesado preço em vidas humanas e abusos flagrantes dos direitos humanos. No entanto, no final de 2011 existia uma sensação palpável de que a velha e desacreditada ordem estava prestes a passar à história, graças aos esforços corajosos e determinados das pessoas. Para os povos da região, parecia que o longo caminho para a liberdade, justiça e direitos humanos para todos tinha, sem dúvida, começado.